

Propriedade terá definição na segunda

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Liderado pelo deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) o Centrão retirou-se ontem do plenário quando ia ser votado o direito de propriedade, o mais polêmico do Artigo 6º do projeto de Constituição. A decisão foi tomada porque o grupo não queria ver a sua emenda, que assegura o direito a propriedade e prevê que, em casos de desapropriação, haja pagamento de uma "indenização prévia e justa em dinheiro", ser derrotada.

A derrota da emenda do Centrão "era evidente", no entender de todos, porque o grupo não tinha em plenário número suficiente para garantir a vitória desejada. E enquanto os membros do Centrão preferiam retirar-se, o senador Virgílio Távora (PDS-CE) anunciava que estava sendo promovido um entendimento entre as lideranças, "faltando poucos retoques" em um texto que fez questão de ler para conhecimento do plenário. A decisão ficou adiada para a sessão de segunda-feira à tarde, sendo provável o acolhimento, finalmente, de um texto que concilie a proposta do Centrão com o dispositivo do projeto da Comissão de Sistematização.

O texto do acordo, segundo informações do deputado Ricardo

Flúza (PFL-PE), um dos líderes do Centrão, diz que será assegurado o direito de propriedade, "protegido pelo Estado e subordinado ao bem-estar social". A lei estabelecerá procedimento para desapropriação pelos poderes públicos, nos casos de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição, diz ainda o texto.

Mas alguns integrantes do Centrão, bem como representantes do PT, já protestaram contra a redação, lembrando que é preciso consultar juristas para verificar quais as implicações da expressão "subordinada ao bem-estar social". Só depois de uma análise profunda, disse o deputado Luiz Eduardo Magalhães, é que se poderá fechar o acordo.

Para Luiz Eduardo, "forçar uma votação agora é dificultar as negociações. O melhor é continuar conversando". Ele considerou a estratégia do grupo de se retirar do plenário "regimental e absolutamente normal". Já o deputado Gastone Righi (PTB-SP) disse que, embora a orientação do Centrão fosse sair do plenário, ele preferiu ficar, por posição pessoal e votou. "Eu acho que a obstrução pode ser feita mas eu estava em plenário e resolvi votar por-

que o meu voto não seria decisivo. Se fosse, eu não teria votado."

Para Righi, o líder Mário Covas "tentou armar uma arapuca para o grupo, já que ao invés de colocar em votação o acordo tentou votar a emenda do Centrão, para vê-la derrotada e, então, tomar conta das páginas dos jornais no final da semana".

208 CONTRA

Dos 244 constituintes que ficaram em plenário, 208 votaram contra a emenda do Centrão e apenas 20 a favor, enquanto 16 se abstiveram. O grande número de votos contrários ao Centrão poderá contribuir, neste fim de semana, para acelerar os entendimentos anunciados por Virgílio Távora, dizem muitos parlamentares.

O texto da Sistematização assegura a propriedade rural, até 25 hectares, mas desde que trabalhada por uma família, excluindo-a de penhora para pagamento de quaisquer débitos. A proposta do Centrão é semelhante, mas prevê a desapropriação, "por necessidade ou interesse social mediante justa e prévia indenização em dinheiro". E ainda autoriza o uso da propriedade pela autoridade, "em caso de perigo público iminente", assegurada indenização ulterior, se houver bens.

Ontem, antes da votação, o líder Mário Covas declarou que o PMDB votaria contra esse texto do Centrão, e, a propósito do entendimento em curso, explicou que "gostaria de ouvir, do Centrão, a garantia de que o que consta nos dispositivos sobre reforma agrária, será igualmente garantido para indenização em dinheiro".

MEIO AMBIENTE

Para orientar o plenário, o relator Bernardo Cabral informou que a exclusão, no texto em estudos, de dispositivos para proteger o meio ambiente não é relevante. É que a proteção ambiental já está assegurada em outros dispositivos, como o constante do artigo 262 do projeto da Comissão de Sistematização. Mas o líder do PT, Luís Inácio Lula da Silva, além de avisar que, em princípio, seu partido não aceita a emenda alternativa referente ao direito de propriedade cujo texto foi elaborado em busca de um acordo, disse também que o PT não aceita a determinação da indenização em dinheiro, "porque isso poderá criar obstáculos para a reforma agrária". E José Genofino explicou que o partido quer ver aprovado dispositivo que estabeleça a desapropriação para proteção dos recursos naturais. "Desta forma, não estamos no acordo mas acompanhamos muito de perto os seus passos", disse.



Trabalhos não se interrompem

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, explicou ontem que sempre que ocorrer o chamado "barraco negro" nas votações, ou seja, ausência de texto da Comissão de Sistematização ou das emendas aprovadas por 280 constituintes, por falta de acordo, como é o caso do parágrafo que trata do direito à propriedade, a matéria será objeto de negociação pelo prazo de 48 horas, prorrogáveis por mais 24, até se chegar ao entendimento.

O processo de votação do projeto de Constituição não será interrompido durante esse período, passando-se a votar o dispositivo seguinte, conforme sinalizou Ulysses, explicando que não pretende criar nenhum obstáculo para votação das matérias "relevantes e polêmicas que temos pela frente". Ele informou que existem 136 pedidos de destaque para votação em separado e que a decisão de abrir prazo para entendimentos poderá ser utilizado em todos eles.

"Até que as posições divergentes se compatibilizem, nesta ou naquela matéria, vamos prosseguir votando os dispositivos seguintes, para evitar maiores atrasos na Constituinte", afirmou Ulysses. A oportunidade desse entendimento, segundo lembrou, foi criada na modificação do regimento interno, exatamente para evitar vazios no futuro texto constitucional.

Ulysses Guimarães assumiu a presidência da sessão de ontem da Constituinte às 11 horas. Antes de sua chegada, vários constituintes ocuparam a tribuna para criticar a sua decisão de suspender abruptamente a sessão anterior, no período de votação do artigo que trata do direito à propriedade. O líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que Ulysses Guimarães devia ter dormido com a "consciência pesada, pois ele, que defende tanto o aceleração dos nossos trabalhos, acabou por atrasá-los ainda mais".

Para Lula, Ulysses demonstrou que não é nem parlamentarista nem presidencialista. "Acho que ele é monarquista, pois agiu como um imperador ou um rei, sem levar em consideração a vontade da maioria do plenário." O líder do PT lembrou que os constituintes ganham mais de 400 mil cruzeiros por mês e não podem "ficar brincando de fazer Constituição".

Também o líder do PC do B, Haroldo Lima, criticou a atitude de Ulysses Guimarães, afirmando que ele "fez o jogo do Centrão, como aconteceu na prorrogação do prazo de apresentação de destaques, para beneficiar o mesmo grupo". O líder do PCB, deputado Fernando Santana (BA), afirmou que a atitude de Ulysses não tem amparo no regimento interno.

Nenhum líder do PMDB defendeu ou criticou a posição do presidente da Constituinte. A sua defesa ficou por conta do deputado Farabulini Júnior

que, em nome do PTB, aplaudiu a "sábia decisão de suspender aquela sessão e permitir um acordo. Não podemos votar matéria tão relevante em clima emocional e de radicalização", argumentou.

Ulysses repetiu que, mesmo interinamente na Presidência da República, vai se dedicar à viabilização do entendimento em torno do dispositivo constitucional referente ao direito de propriedade. Ele não se mostrou preocupado com o adiamento ontem e quinta-feira da votação para análise da matéria, já que, como disse, "no final de semana haverá busca de consenso em torno de um texto alternativo".

Depois de conversar com lideranças do Centrão e com o líder do PMDB, Mário Covas, Ulysses informou que já existe um texto "que reúne simpatias, ao que parece majoritárias", e que poderá ser votado na segunda-feira. Depois desabafou: "Querria que a votação tivesse sido ontem, mas compreendo que certos assuntos, como esse que diz respeito à propriedade, desapropriação e interesse social, são temas polêmicos".

Para viabilizar definitivamente o acordo, e garantir a votação da matéria na segunda-feira, Ulysses deverá manter contatos com parlamentares hoje e amanhã em sua residência ou mesmo na Câmara. "Vamos superar as dificuldades inerentes à votação de uma matéria de tanta responsabilidade", prometeu.

Ulysses vai conciliar as presidências

O deputado Ulysses Guimarães, mesmo ocupando interinamente a Presidência da República, durante o período em que o presidente Sarney permanecer no Exterior, pretende dedicar a maior parte do seu tempo às atividades da Assembléia Nacional Constituinte.

Essa intenção foi por ele mesmo transmitida ontem, no final da sessão matutina, explicando aos constituintes que espera, inclusive, presidir parte da sessão convocada para segunda-feira à tarde.

Ulysses ontem estava impaciente, quando os relógios assinalavam quase 12 horas, lembrando que precisava ir à base aérea para receber o cargo presidencial de Sarney, mas justificou o seu desejo de conciliar as duas funções argumentando que o País também tem pressa e precisa ter logo uma nova Constituição.

E Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) garantiu que as votações serão retomadas na segunda-feira, mesmo que Ulysses não presida os trabalhos, porque a Constituinte não pode parar, enquanto vários outros parlamentares criticavam a sua decisão de suspender abruptamente a sessão anterior. Para Lula, Ulysses mostrou que "não é parlamentarista nem presidencialista". Ele "é monarquista, pois agiu como um rei ou imperador, sem levar em consideração a vontade da maioria do plenário".

Polícia investiga cartazes da CUT

A Polícia Federal recebeu ontem instruções do procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, no sentido de investigar a origem e os responsáveis pela confecção e colagem de cartazes, no Rio e em Brasília, que acusam os parlamentares do Centrão de traidores do povo.

Os cartazes foram distribuídos inicialmente pelos sindicatos de bancários, e sua produção é orientação nacional da Central Única dos Trabalhadores — CUT —, segundo os parlamentares. Inicialmente, informou em Brasília o assessor de imprensa da Polícia Federal, as superintendências regionais farão investigações para identificar quem confeccionou os cartazes. Em seguida o DPF informará a Procuradoria-Geral da República, esperando instruções para a retirada ou não do material de propaganda, que, além dos retratos dos membros do Centrão, traz os seus telefones.

A determinação de Pertence teve origem em pedido do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para que os cartazes fossem retirados. Ulysses recebeu dezenas de solicitações nesse senti-

do de deputados e senadores de vários partidos, "retratados" nos cartazes, indignados com o que classificaram de "métodos da Alemanha hitlerista".

No ofício, do qual deu conhecimento ao plenário, Ulysses Guimarães afirma que o movimento "instiga também a perturbação da vida privada do constituinte, ao indicar o seu telefone, junto à qualificação de traidor do povo, o que caracteriza grave ameaça, visando restringir a sua livre escolha de voto". Ulysses explicou que cumpre a ele "zelar pelo prestígio e decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas".

O pedido de retirada e apreensão dos cartazes foi feito com base no Artigo 146 do Código Penal, por configurar, segundo Ulysses Guimarães, "constrangimento ilegal, além de lesão à dignidade dos constituintes". Márcio Braga (PMDB-RJ) e Ailton Cordeiro (PFL-PR) já estão processando o sindicato dos bancários no Rio e no Paraná por terem sido incluídos nos cartazes.

Estabilidade continua sem acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O tetrapresidente Ulysses Guimarães, que assumiu a Presidência da República pela décima-segunda vez na viagem de José Sarney ao Uruguai, recebeu ontem no Palácio do Planalto lideranças de todos os grupos da Constituinte — Centrão, Centrinho, dos 32 e esquerda do PMDB —, com as quais tentou um acordo sobre a questão da estabilidade no emprego, uma das mais polêmicas a ser votada pelo plenário da Constituinte. As divergências entre os vários grupos em relação às propostas apresentadas acabaram, no entanto, impedindo qualquer acordo. Segundo o deputado Luiz Eduardo (PFL-BA), do Centrão, ficou decidido apenas que todos os grupos vão reunir-se novamente.

Participaram da reunião de ontem no Planalto os deputados Bernardo Cabral, presidente da Comissão de Sistematização, e Nelson Jobim e os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, da esquerda do PMDB; o senador José Richa, do Grupo dos 32; e os deputados Pimenta da Veiga, do Centrinho, e Luiz Eduardo, Luis Roberto Ponte e José Geraldo Ribeiro, do Centrão.

O Centrão, disse Luiz Eduardo, continua firme na sua proposta de defender o princípio da indenização progressiva. Quanto à questão do direito de propriedade, cuja votação foi suspensa anteriormente, o Centrão fará nova tentativa de acordo com as lideranças dos outros grupos na segunda-feira pela manhã. Mas se isso não for possível, tentará reunir todos os parlamentares do grupo suprapartidário para aprovar a sua proposta, que garante o direito de propriedade, sem nenhuma vinculação.

A proposta das esquerdas para a questão da estabilidade partiu da emenda do deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP), que defende a estabilidade no emprego, salvo em casos como falta grave, fim de contrato a termo, fim de contrato de experiência e ocorrência de fato econômico ou tecnológico intransponível, sob pena de indenização ou reintegração, a critério do empregado. Mas substituiu a expressão "a critério do empregado" por "a critério do empregador".

Apoio "decisivo" a Jânio

O governo do presidente José Sarney dará apoio "total e decisivo" ao prefeito Jânio Quadros para o programa de construção de casas populares, por intermédio da Caixa Econômica Federal, garantiu ontem o ministro Prisco Viana, da Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, em São Paulo.

Prisco Viana esteve no Ibirapuera, onde conversou durante cerca de 40 minutos com o prefeito. Oficialmente, ambos falaram sobre o programa, mas, depois do encontro, o ministro não soube dar um único detalhe do projeto. Não sabia o número exato de unidades a serem construídas nem o valor global do projeto. Prisco afirmou, contudo,

Maioria acha que a Carta vai sair logo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Apesar do impasse na votação do parágrafo referente às restrições ao direito de propriedade, a maioria dos constituintes acha que será mantido na próxima semana e nas seguintes o ritmo acelerado na votação, como ocorreu nos últimos dias, de modo que a futura Carta constitucional seja concluída mais cedo do que o previsto anteriormente. O deputado Afif Domingos (PL-SP) recorre a um argumento concreto: se a Constituição não ficar pronta até maio, corre o risco de ser protelada indefinidamente, pois a partir de então os parlamentares ficarão envolvidos com as eleições municipais.

Miro Teixeira (PMDB-RJ) observou que meados de maio é um prazo razoável para a promulgação da nova Carta. A aceleração dos trabalhos será permitida, na prática, pelo painel eletrônico de votação, e em termos políticos, pelos acordos sobre os temas polêmicos. Miro acha que haverá acordo também sobre a estabilidade no emprego, e o impasse referente ao direito de propriedade acabará trazendo benefícios; o acordo sobre esse item específico facilitará o entendimento sobre temas afins, como a reforma agrária e a reforma urbana, a serem tratados mais adiante.

Afif Domingos acha que acabará havendo acordo sobre todos os itens e as votações continuarão em ritmo acelerado. "Os setores radicais entenderam que não conseguirão impor suas posições porque as eventuais maiorias serão precárias, e haveria revanchismo", afirmou o deputado paulista. "Temos que fazer como diria o Ulysses Guimarães: na iminência de um impasse, suspender os trabalhos para tentar novos acordos." Jorge Hage (PMDB-BA) é de opinião que a Constituição ficará pronta em meados de abril, com maiores possibilidades de acordo sobre os temas ainda polêmicos.

que o apoio federal ao programa não é uma retribuição à defesa de Jânio aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney. "Foi uma retribuição ao povo paulista", afirmou ele.

Prisco disse, ainda, que é "dever" dos deputados ir aos ministérios pedir recursos financeiros para as suas regiões. Os que não fazem isso, segundo ele, são, no mínimo, "omissos no cumprimento de seus deveres". O ministro negou, entretanto, que, dessa forma, as verbas acabem transformando-se em instrumento de negociação política, porque as liberações são feitas atendendo a "interesses sociais" das regiões.